

Declaração do Maputo

23/5/87 "5"

Os Chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe aprovaram ontem, na conclusão dos trabalhos da sua 7.ª Cimeira, em Maputo, a seguinte declaração:

1. Nós, Presidentes da República Popular de Angola, da República de Cabo Verde, da República da Guiné-Bissau, da República Popular de Moçambique e da República Democrática de São Tomé e Príncipe, reunidos em Maputo de 21 a 22 de Maio de 1987.

2. Evocámos, com emoção, a ausência física do nosso querido Camarada Samora Moisés Machel. A sua morte constitui uma perda irreparável para o Povo moçambicano, para todos os nossos povos, para o Continente Africano e a humanidade progressista. No Presidente Samora Moisés Machel reconhecíamos e admirávamos o combatente heróico da causa da libertação africana, o dirigente revolucionário e internacionalista que conduziu o seu povo à vitória sobre o colonialismo, à independência nacional e à solidariedade activa para com a luta dos povos oprimidos. O pensamento e a obra de Samora Machel permanecem connosco, são património precioso dos nossos povos e fonte inesgotável de inspiração que se acrescenta ao legado histórico dos seus inesquecíveis companheiros de luta, Eduardo Mondlane, Amílcar Cabral e Agostinho Neto.

3. A tragédia de Mbuizi, que tudo indica ter sido provocada, ocorre no contexto duma nova escalada da acção agressiva do regime do «apartheid» contra os países da Linha da Frente, em particular, contra a República Popular de Moçambique e a República Popular de Angola. Ela verifica-se num momento em que os países da Linha da Frente desenvolvem importantes acções diplomáticas para neutralizar o envolvimento de outros países nas manobras agressivas de Pretória. Nestas acções, o Presidente Samora Moisés Machel desempenhava um papel de particular relevância que nos comprometemos solenemente a prosseguir, com o apoio de todas as forças que defendem a paz, a liberdade e a justiça para toda a humanidade.

4. Desde a 6.ª Cimeira em Luanda constatámos, com satisfação, que se tem desenvolvido no seio da comunidade internacional a compreensão clara de que o único responsável pelo clima de violência, terrorismo e instabilidade que se vive no sul do Continente Africano é o regime do «apartheid». Esta consciência partilhada por toda a humanidade, com excepção dos círculos mais reacçãoários, leva a comunidade internacional a desenvolver um papel cada vez mais activo na procura de uma solução pacífica para o conflito que opõe o regime do «apartheid» ao Povo sul-africano e aos outros povos da região.

Independentemente dos seus sistemas políticos e sociais são cada vez mais numerosos os Estados que contribuem para o isolamento do regime de Pretória, reconhecem e apoiam a luta do Povo sul-africano contra o «apartheid» e do Povo da Namíbia pela libertação nacional.

5. Entretanto, o regime racista da República da África do Sul persiste por todos os meios na manutenção da sua política de «apartheid», intensificando a repressão interna, a desestabilização e a agressão contra os países soberanos da África Austral e a opressão colonial na Namíbia. A intransigência e a agressividade de Pretória envolvem toda a região num conflito de proporções e consequências imprevisíveis.

6. O regime sul-africano continua a não cumprir o espírito e a letra do Acordo de N'komati firmado com a República Popular de Moçambique. Prossegue e intensifica a agressão contra este País irmão, através da acção terrorista de bandidos armados que recruta, treina, arma, abastece, transporta e dirige. Da mesma maneira, o regime sul-africano, em violação do Compromisso de Lusaka que nunca respeitou, prossegue as suas agressões à República Popular de Angola, invadindo e ocupando parte do seu território, semeando a morte e a destruição, continuando a armar, a

abastecer e a utilizar um agrupamento terrorista como seu instrumento.

7. Nós, Chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, reiteramos a exigência da retirada imediata e incondicional das tropas sul-africanas do território da República Popular de Angola.

8. Prosseguindo a sua política de promover a guerra generalizada na África Austral, o regime do «apartheid» intensifica a escalada de ameaças e agressões contra os países da Linha da Frente e ataca a República do Botswana, a República da Zâmbia e a República do Zimbábue.

9. O regime do «apartheid», intrinsecamente racista, colonialista, belicista, expansionista, não é capaz de enveredar pela via da paz e do progresso na região e não é susceptível de ser reformado. O «apartheid» deve ser eliminado.

10. Expressamos, uma vez mais, a condenação de todas as manobras tendentes a legitimar grupos terroristas criados e dirigidos pelo regime racista da África do Sul, responsável por massacres, assassinatos, raptos, mutilações e outros actos de violência e crueldade contra populações indefesas, velhos, mulheres e crianças, em Angola e Moçambique. Todos os países e, em particular os países africanos, devem recusar a estes bandos, a soldo do «apartheid», quaisquer facilidades de logística, alojamento, circulação e outras.

11. Renovamos o apelo que fizemos aos EUA na 6.ª Cimeira para que cessem a ajuda ao terrorismo organizado em Angola e apoiem incondicionalmente o direito do povo da Namíbia à autodeterminação e à independência, com base na Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU, desempenhando, assim, um papel construtivo na solução do conflito na África Austral.

12. Uma vez mais, reafirmamos que a Independência da Namíbia não pode ser condicionada a questões que lhe são estranhas. É um direito inalienável e indiscutível do seu povo que exige uma solução urgente e prioritária.

13. Constatamos que, embora a solução da questão da Namíbia seja da responsabilidade de toda a comunidade internacional, Angola, por si só, já deu repetidos passos no sentido de facilitar a procura de uma solução negociada que preserve os direitos inalienáveis do Povo namíbio. Cabe, nestas circunstâncias, à África do Sul e aos Estados Unidos da América assumirem uma atitude construtiva, reagindo positivamente às iniciativas do Governo da República Popular de Angola, a fim de permitir uma rápida aplicação da Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU.

Louvamos essas iniciativas do Governo da República Popular de Angola e encorajamo-lo a prosseguir nessa via, procurando através do diálogo, uma solução justa que garanta a paz e a estabilidade na região.

14. Na luta pela paz, segurança e desenvolvimento na África Austral, nós saudamos a acção conjugada dos países da Linha da Frente, em particular, do Zimbábue e da Tanzânia, pelo apoio solidário que prestam à República Popular de Moçambique na luta contra a agressão movida por Pretória através dos bandidos armados.

15. Constatamos, com inquietação, que certos países continuam a prestar apoio a bandidos armados que actuam na zona do nosso continente em violação flagrante dos princípios que regem as relações entre estados soberanos que mantêm entre si relações diplomáticas e de cooperação.

16. Neste contexto, de novo exortamos o Governo português a que ponha termo às actividades dos grupos terroristas que, no seu território e a soldo do «apartheid», actuam contra os povos de Angola e de Moçambique.

17. Nós, Chefes de Estado dos «Cinco» rejeitamos todas as tentativas de desvirtuar a natureza do conflito que se desenvolve na África Austral, inserindo-o no contexto da confrontação Leste-Oeste.

Reafirmamos a nossa convicção de que o problema da região resulta ex-

clusivamente do «apartheid» e do colonialismo na Namíbia.

18. Nós, Chefes de Estado de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, e S. Tomé e Príncipe, membros do Movimento dos Países Não-Alinhados, conquistámos a independência nacional depois de uma dura e árdua luta que exigiu o sacrifício supremo de tantos dos melhores filhos das nossas terras. Reafirmamos a determinação de defender e preservar intransigentemente as conquistas alcançadas, a soberania e integridade territorial, apesar das difíceis condições que nos são impostas.

19. Nós, Chefes de Estado dos cinco países irmãos, a República Popular de Angola, a República de Cabo Verde, a República da Guiné-Bissau, a República Popular de Moçambique e a República Democrática de S. Tomé e Príncipe,

- reiteramos a determinação de consolidar cada vez mais os laços de amizade, solidariedade entre os nossos povos, nascidos na opressão em comum sofrida e forçados no combate pela liberdade;

- reafirmamos a determinação de participar activamente na luta pela paz, pela segurança, pela cooperação e progresso de todas as nações, pela eliminação de todas as causas e factores de tensão entre os estados;

- reafirmamos o nosso engajamento pleno na causa de libertação, do desenvolvimento e da unidade de África.

Manteremos sempre bem alta a bandeira da liberdade erguida pelos nossos queridos camaradas Eduardo Mondlane, Amílcar Cabral, Agostinho Neto e Samora Machel.

A Luta Continua!

A Vitória é Certa!

Feito em Maputo, aos 22 de Maio de 1987.